

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 099

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JULHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Carlos Simões.

Às dezoito horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da Administração Direta e Autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa funcional.
Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 386/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

**Capítulo I
Seção I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Parágrafo Único - As disposições da presente Lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Seção II

Das Conceituações

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hierarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;

II - Cargo: unidade funcional básica de estrutura organizacional de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções, relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público estável de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável, através da remoção, de um órgão para outro, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou ex-offício;

X - Mudança de Função: alteração da função de funcionário público estável quando este atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, e mediante o interesse da Administração Pública;

XI - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

XII - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e última referência da Classe Final;

XIII - Vencimento ou Vencimento base: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei; e

XIV - Vencimentos ou Remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei.

Capítulo II

Seção I

Da Composição e do Plano da Carreira

Art. 3º - As Carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QOPPE, serão organizadas em 08 (oito) Cargos, disposto de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será com-

posto de 03 (três) classes III, II e I, com as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI desta Lei.

§ 1º - As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução, Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária, conforme segue:

I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;

II - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

III - Aviação, composta pelo cargo de Agente Aviador;

IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

VI - Fazendária, composto pelos cargos de Agente Fazendário A, Agente Fazendário B e Agente Fazendário C, exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado, na data de publicação desta lei.

§ 2º - A Classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a Classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma dos Anexos II e VII desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - A jornada de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é limitada em 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a da função de médico, que será de 20 (vinte) horas semanais, observado o disposto no inciso XVI, do artigo 27, da Constituição Estadual.

§ 1º - Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais.

§ 2º - A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

§ 3º - Caberá à Unidade de Recursos Humanos competentes a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laborem nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu.

Seção II

Do Provedimento e do Estágio Probatório

Art. 5º - O provedimento no cargo se dará na classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei; e

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo Único - A comprovação do preenchimento dos requisitos I e IV do *caput* deste artigo precederá a nomeação.

Art. 6º - A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

§ 1º - A inspeção médica e, se exigindo no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 2º - O chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei, prevendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, a critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

Art. 7º - O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observados o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual.

§ 1º - O chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório.

§ 2º - O chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta lei os critérios para a avaliação de desempenho para o estágio probatório.

Seção III

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 8º - O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 9º - A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antiguidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial.

I - o critério "conceito" para a progressão de que trata esse parágrafo, deverá ser o equivalente ao conceito máximo estabelecido em regulamento específico; e

II - o chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerá os demais critérios, a periodicidade e a competência para a aplicação e concessão desta modalidade de progressão.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de Agente de Apoio e Agente Fazendário C: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência;

II - para o cargo de Agente de Execução e Agente Fazendário B: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 11 - A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável que atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, poderá desempenhar outra função, por necessidade da Administração Pública ou impossibilidade de atuação em sua função original, observado o perfil profissiográfico, sempre a critério da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Seção IV

Da Movimentação de Pessoal

Art. 12 - Os funcionários ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e serão alocados nos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

§ 1º - A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituto da remoção, por Ato do titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 2º - No âmbito da carreira de Agente Fazendário, a remoção ficará restrita somente entre a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e Coordenação da Receita do Estado - CRE.

§ 3º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da movimentação de pessoal.

Seção V

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 13 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma dos Anexos III, VIII, desta lei.

Art. 14 - A estruturação das tabelas de vencimento observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (III) e a última referência da classe final (I), não poderá ser suporte a 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes, para cada cargo.

Parágrafo Único - Nenhuma tabela de vencimento do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE poderá possuir valor inicial menor que a referência inicial da Classe III do Cargo de Agente de Apoio e valor final maior que a referência final da Classe I do Cargo de Agente Profissional.

Art. 15 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a seguinte estrutura de remuneração:

I - vencimento base ou vencimento;

II - adicional por tempo de serviço;

III - salário-família.

IV - vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida;

V - Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE: retribuição financeira de caráter transitório, para atividade ou tarefa não prevista para o cargo ou função e que

necessitem de continuidade e prontidão durante as 24 horas do dia, não podendo ser superior a 100% do vencimento base, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade, sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que deu a ensejo;

VI - Encargos Especiais: retribuição financeira extraordinária, de caráter transitório, para atividades ou tarefas de maior responsabilidade prevista em lei ou regulamento, cujo valor monetário não poderá exceder a 4/5 (quatro quintos) do vencimento base, desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade e sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo; e

VII - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, calculadas sobre o vencimento base do cargo efetivo, previstas em lei.

§ 1º - As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvindo-se, previamente, o órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual, identificando o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, exceto para aquelas atividades ou operações no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme estabelece o artigo 6º da Lei nº 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

§ 2º - As vantagens auferidas por trabalho de natureza especial com risco de vida observarão as situações estabelecidas em legislação específica.

§ 3º - As vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo, são mutuamente excludentes.

§ 4º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a concessão e fixará os valores do TIDE e dos Encargos Especiais para aplicação aos integrantes do QPPE, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência- SEAP.

Art. 16 - O regime de plantão deverá ser remunerado apenas quando ocorrer, ficando a cargo da unidade de recursos humanos competente, o acompanhamento e registro de cada ocorrência.

Parágrafo Único - O chefe do Poder Executivo ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência- SEAP, estabelecerá os demais critérios e a competência para a aplicação e concessão do plantão.

Art. 17 - Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas gratificações, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

Art. 18 - Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

I - Adicional de Atividade Penitenciária - APP - Retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função incorporável para todos os efeitos legais;

II - Adicional de Vão - AAV - Retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de vôo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;

III - Gratificação de Incentivo à Titularidade - GITI - Retribuição financeira mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor básico para o cargo de Agente profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

§ 1º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.

§ 2º - O funcionário que optar pelas vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

Capítulo III

Do Enquadramento

Art. 19 - Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante dos Anexos III e VIII desta lei;

III - enquadramento salarial para os ocupantes de cargos de carreira de Agente Fazendário em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei;

IV - após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário, ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado, considerando a carga

horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

a) até 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial conforme previsto no inciso II deste artigo;

b) acima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional avançará um nível referência salarial a cada 200 horas adicionais de carga horária curricular.

§ 1º - Considera-se vencimento do cargo, para fins do presente enquadramento:

a - para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio e Agente Fazendário C do QPPE: vencimento base;

b - para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução e Agente Fazendário B do QPPE: vencimento base;

c - para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente de Aviação do QPPE: vencimento base;

d - para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

e - para as funções do cargo de Técnico III, II, e I do QG enquadrados no Cargo Profissional e Agente Fazendário A do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

§ 2º - Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnicos III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados, com base no vencimento básico, no cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

§ 3º - O enquadramento dos servidores de nível universitário lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem será efetivado através da presente lei, com alteração para 190% (cento e noventa por cento) do percentual citado no artigo 2º da Lei nº 11.714/97, de 07 de maio de 1997.

Art. 20 - Os atuais funcionários aposentados e pensionistas do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlação de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma dos Anexos IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.

III - enquadramento salarial para os ocupantes da carreira de Agente Fazendário em valor superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

Parágrafo Único - Considera-se benefício ou provento, para fins do presente enquadramento:

- a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;
- b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;
- c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e
- d) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de produtividade a que se refere a Lei nº 11.714 de 07 de maio de 1997.

Art. 21 - Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico.

§ 1º - Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos cargos e funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo conforme suas formações.

§ 2º - Os funcionários atualmente ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra, Spalla, Maestro Adjunto e Maestro Titular serão enquadrados na função de Músico de Orquestra, desde que atendam aos respectivos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Instrumentista Musical.

Art. 22 - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 23 - Os demais termos necessários ao cumprimento do enquadramento serão definidos e divulgados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 24 - O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta Lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

Capítulo IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25 - Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os Artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o Cargo Técnico III, II e I, do Quadro Geral.

Art. 26 - A primeira promoção, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo de Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: imediatamente à publicação desta Lei.

Parágrafo Único - mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção.

Art. 27 - A primeira promoção prevista no artigo 26 - Capítulo IV da presente Lei obedecerá ao seguinte critério, sem prejuízo aos demais critérios:

a) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Secretário de Estado, Diretor Geral, Diretor Presidente ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 11 (onze) referências salariais;

b) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Diretor de Área, Superintendente Regional, Chefe de Centro/Escritório Regional, Coordenador de Área ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 9 (nove) referências salariais; e

c) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Chefe de Departamento, Assessor de Diretoria, Gerente, Chefe de Divisão, Chefe de Seção, Chefe de Distrito, Fiscal de Obra, Agente Agropecuário ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 7 (sete) referências salariais.

Parágrafo Único - As funções de que trata o presente artigo não poderão ser computadas de forma cumulativa para efeito de promoção, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente promoção.

Art. 28 - A primeira progressão por tempo de serviço para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo de Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei.

Parágrafo Único - Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, redistribuirá as quantidades de cargos vagos nas classes, para fins de promoção.

Art. 30 - As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data da publicação desta Lei, sendo devidas enquanto o funcionário permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

1º - As gratificações a que se refere o artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da presente Lei.

§ 2º - A gratificação a que se refere o artigo 15, inciso VI, será estendida retroativamente ao mês de março de 2002, a partir da publicação da presente lei, aos funcionários da SEAB não atingidos pelo Decreto nº 5391, de 04 de março de 2002.

§ 3º - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a regra de transito da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto no Artigo 18, desta Lei.

Art. 31 - Ficam criados, no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas - AAI, órgão vinculado à Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 1 (um) cargo de Assessor especial, símbolo DAS-1;

II- 2 (dois) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 3-C;

III 1 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo 5-C.

Art. 32 - Fica a tabela de vencimento anexa ao Plano de cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Governo do Estado, reajustada em 20% conforme a Planilha nº 01, em anexo.

Art. 33 - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a adequar os cargos de servidores penitenciários de acordo com a função que vêm exercendo, ou por opção, conforme a qualificação técnica, a responsabilidade técnica e o nível de escolaridade exigíveis para cada caso, no período de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 34 - Os servidores penitenciários e educadores sociais têm direito à aposentadoria especial, devido à natureza de trabalhos insalubres, perigosos e penosos, após o exercício de 25 anos de suas respectivas funções.

Art. 35 - Será garantida a participação dos representantes dos sindicatos de servidores estaduais junto à

Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), bem como a cada secretaria/órgão, nas comissões e/ou mecanismos que definirão os termos do enquadramento, nas regulamentações e decisões/ações relacionadas à implantação, desenvolvimento e manutenção do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), instituído pela presente lei.

Parágrafo Único - Os sindicatos de servidores estaduais de cada secretaria/órgão indicará os seus representantes e na ausência destes, os servidores das respectivas instituições definirão seus representantes em Assembléia Geral, especificamente convocada para tal finalidade.

Art. 36 -Fica assegurada a revisão anual das tabelas de referência de vencimento base das carreiras que integram o Anexo III desta Lei, de forma cumprir-se os ditames das Constituições Federal (artigo 37, inciso X) e estadual artigo 27, inciso X).

Art. 37 - O enquadramento de que trata o Capítulo III, desta Lei, será efetivado no mês julho.

Art. 38 - Fica estabelecida data base para os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a data de publicação da presente Lei.

Art. 39 - Fica incorporado ao vencimento base do QPPE, (Quadro Próprio do Poder Executivo) a gratificação de R\$100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade aos funcionários do QGE (Quadro Geral do Estado).

Art. 40 - Os atos referentes à aplicação da presente Lei correção por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir de sua publicação.

Art. 41 - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2002, que cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 467/2002
REDAÇÃO FINAL
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I
Da Autarquia

Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais, vinculada ao governador do Estado do Paraná e orçamentariamente à Secretaria de Estado dos Transportes.

§ 1º - A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

§ 2º - A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas e os meios necessários ao exercício adequado de sua competência.

§ 3º - Equivalem-se, para fins desta lei, as expressões: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, Agência Reguladora e Agência.

Art. 2º - Para fins desta lei, aplicam-se as seguintes definições:

I - poder concedente: a União, o Estado do Paraná ou os municípios, em cuja competência se encontre o serviço público;

II - entidade regulada: pessoa jurídica de direito público ou privado ou consórcio de empresas ao qual foi delegada a prestação de serviço público, mediante procedimento próprio;

III - serviço público delegado: aquele cuja prestação foi delegada pelo poder concedente, através de concessão, permissão, autorização, convênio, contrato de gestão ou qualquer outra modalidade de transferência de execução de serviço público, inclusive as decorrentes de normas legais ou regulamentares, atos administrativos ou disposições contratuais, abrangendo também sub-rogação, subcontratação e cessão contratual, as últimas desde que devidamente autorizadas pelo poder concedente;

IV - instrumento de delegação: ato que transfere a delegação da realização da prestação do serviço público abrangendo as previstas no inciso III deste artigo;

V - serviços de infra-estrutura, que compreendem:

- a) rodovias concedidas;
- b) ferrovias concedidas;

c) terminais de transportes:

- c.1) rodoviários;
- c.2) ferroviários;
- c.3) aeroviários;
- c.4) marítimos e fluviais;

d) transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros;

e) exploração da faixa de domínio da malha viária;

f) inspeção de segurança veicular;

g) outros serviços de infra-estrutura de transportes delegados.

VI - Outros serviços de Infra-estrutura que vierem a ser definidos por lei específica.

Capítulo II
Dos Princípios e Objetivos

Art. 3º - A Agência terá por finalidade institucional exercer o poder de regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização sobre os serviços públicos submetidos à sua competência.

Art. 4º - A Agência obedecerá as seguintes diretrizes gerais de ação, respeitados os princípios incertos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal:

I - exercício eficiente do poder de regulação, respeitadas as determinações legais e os respectivos documentos de delegação da prestação dos serviços públicos;

II - prestação, pelas entidades reguladas, de serviços adequados ao pleno atendimento dos usuários, nos termos da competente legislação, demais prescrições contratuais e normas pertinentes;

III - transparência das regras de estipulação de tarifas, asseguradas a modicidade tarifária, a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação firmados contratualmente;

IV - observância dos conceitos econômicos de eficiência nos custos e equidade no acesso aos serviços;

V - estabilidade nas relações com o poder concedentes das esferas municipal, estadual e federal, entidades reguladas e usuários;

VI - ampla proteção aos usuários e promoção de soluções céleres e consensuais de conflitos de interesse entre poder concedente, prestadores de serviço e usuários;

VII - estímulo à eficiência, produtividade dos serviços públicos regulados, repartindo, quando a Agência tiver outorga para tal, benefícios entre a entidade regulada e os usuários respeitadas a saúde pública e a salubridade ambiental.

Capítulo III
da Competência e das Atribuições

Art. 5º - À Agência compete regular, fiscalizar e controlar, nos termos desta Lei, os serviços públicos de

Infra-estrutura do Paraná, conforme definidos no artigo 2º, incisos V e VI desta lei.

Parágrafo Único - A competência da Agência, nos termos desta Lei dar-se-á por delegação e expressa, através de convênio específico a ser firmado com o ente titular do serviço público, de qualquer nível federativo.

Art. 6º - Compete à Agência, respeitados os planos de políticas instituídos pelo poder concedente:

I - zelar pelo fiel cumprimento da legislação e dos instrumentos de delegação cujo objetivo envolve a prestação dos serviços públicos sob sua competência regulatória;

II - implementar as diretrizes estabelecidas pelo poder concedente em relação às delegações de serviços sujeitos à competência da Agência;

III - efetuar a regulação econômica dos serviços públicos sob sua competência, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;

IV - proceder a fiscalização e a regulação técnica, fazendo cumprir os instrumentos de delegação, as normas e os regulamentos da exploração do serviço público, visando assegurar a quantidade, qualidade, segurança, adequação, finalidade e continuidade;

V - oferecer sistemáticas e indicar metodologias para o estabelecimento de parâmetros regulatórios relativos ao serviço, cálculo de custos, certificados e planos de investimentos atuais e futuros;

VI - dirimir, em âmbito administrativo e em decisão final, respeitadas sua competência, os conflitos entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários e, quanto for o caso, arbitrar;

VII - classificar, avaliar e definir, quando necessário, com base nos instrumentos de delegação e em informações prestadas pelo poder concedente e pelas entidades reguladas, diretamente ou com auxílio de peritos, a titularidade do patrimônio reversível;

VIII - decidir e homologar os pedidos de revisão e reajuste de tarifas dos serviços públicos regulados, na forma da lei, dos instrumentos de delegação e das normas e instruções que a Agência expedir;

IX - subsidiar tecnicamente, o poder concedente, na delegação dos serviços sob titularidade estadual devendo os editais ser submetidos previamente para aprovação da agência; e, antes da efetiva homologação pelo poder concedente, emitir parecer;

X - subsidiar tecnicamente, quando solicitado, outras esferas de governo na delegação das atividades por elas tituladas;

XI - aferir a qualidade das prestação dos serviços regulados, respeitados os parâmetros definidos nos instrumentos de delegação e seus respectivos contratos;

XII - assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, aplicando as sanções e compensações cabíveis, respeitando o princípio do devido processo legal e em conformidade com a regulamentação desta Lei;

XIII - expedir resoluções e instruções, no âmbito de sua competência, sendo-lhe permitida a fixação de prazos para cumprimento de obrigações por parte dos prestadores dos serviços públicos regulados, voluntariamente ou quando instada por conflitos de interesse;

XIV - determinar ou efetuar diligências junto ao poder concedente, entidades reguladas e usuários, sendo-lhe garantido amplo acesso aos dados e informações relativos aos serviços sob sua competência regulatória e fiscalizatória;

XV - contratar e celebrar convênios com entes públicos ou privados, serviços técnicos, vistorias, estudos, auditorias ou exames necessários ao exercício das atividades de sua competência;

XVI - criar sistemas de informações, com vistas ao controle dos aspectos pertinentes aos serviços da Agência, em articulação com os demais sistemas federais, estaduais e municipais correlatos aos serviços públicos delegados;

XVII - elaborar o seu regimento interno, estabelecendo procedimentos para a realização de audiências públicas, encaminhamento de reclamações, respostas a consultas, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais;

XVIII - elaborar proposta orçamentária, a ser incluída no orçamento geral do Poder Executivo Estadual;

XIX - contratar pessoal mediante concurso público;

XX - disciplinar a forma de atuação e conduta ética dos seus agentes, independentemente do regime de contratação;

XXI - atender ao usuário, mediante o recebimento, processamento e provimento de reclamações e sugestões relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, conforme a regulamentação desta Lei, através da Ouvidoria da Agência e em articulação com o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e com a Ouvidoria do Estado do Paraná;

XXII - praticar todas as demais ações necessárias à consecução das finalidades da Agência, inclusive a representação judicial e extrajudicial.

Art. 7º - No cumprimento de seus objetivos e no âmbito de sua competência, cabem à Agência as seguintes atribuições:

I - regular os serviços públicos delegados e proceder sua permanente fiscalização e controle, especialmente nos casos de monopólios naturais;

II - fazer cumprir as disposições regulamentares e contratuais do serviço;

III - realizar audiências públicas periódicas precedidas de ampla divulgação, com objetivo de imprimir

publicidade à avaliação da atuação da Agência e da qualidade dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

IV - analisar e emitir parecer sobre os planos de investimento em obras e serviços que repercutam sobre as delegações reguladas pela Agência;

V - receber relatórios sobre a execução de obras e serviços que tenham repercussão sobre a prestação dos serviços regulados;

VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar reclamações dos usuários;

VII - exigir, diante de condições anômalas do serviço, ou do seu prestador, capazes de causar danos à saúde, meio ambiente, segurança e ordem públicas, um plano de ação imediata, definido prazo para sua elaboração e implantação;

VIII - aplicar penalidades regulamentares e contratuais às prestadoras dos serviços nos termos da regulamentação desta Lei e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

IX - intervir na prestação dos serviços públicos regulados, nos casos previstos em lei ou em contrato, com objetivo de garantir a continuidade do serviço adequado e eficiente;

X - requerer ao poder concedente a intervenção na prestação de serviço de titularidade federal, ou municipal, nos termos dos respectivos instrumentos de convênio, com objetivo de garantir a sua continuidade de forma adequada e eficiente;

XI - assegurar aos usuários ampla informação sobre os serviços públicos regulados, além de prévia divulgação sobre reajustes e revisões de tarifa;

XII - elaborar relatório anual de suas ações, nele destacando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo poder concedente e dos planos e políticas setoriais que repercutam sobre as delegações reguladas, para envio ao chefe do Poder Executivo Estadual e à Assembléia Legislativa do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do término do exercício relatado, ou quando solicitados pelos referidos poderes;

XIII - realizar estudos, para propor maior eficiência nas atividades públicas reguladas.

§ 1º - No exercício da atividade regulatória e fiscalizatória, a Agência terá amplo acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros das prestadoras dos serviços públicos regulados.

§ 2º - As decisões da Agência são dotadas de auto-executoriedade e a eventual obstrução ou desobediência, importará em caducidade da delegação, assegurado o princípio do devido processo legal, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e criminal.

Art. 8º - A Agência poderá assumir, parcial ou integralmente, mediante convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo, a outorga de atribuições compatíveis com a sua competência legal,

para exercer o poder regulatório e fiscalizatório sobre empresas prestadoras de serviços públicos de titularidade federal ou municipal, independentemente da época ou da natureza do vínculo legal ou consensual originário.

Parágrafo único - A outorga deverá ser objeto de convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo que, uma vez firmado, submete a respectiva prestadora do serviço público ao disposto nesta Lei, sendo deferido à Agência, o exercício de sua atividade fora dos limites territoriais do Estado do Paraná.

Capítulo IV

Da Organização

Seção I

Dos órgãos de Direção Superior

Art. 9º - A Diretoria e o Conselho Deliberativo cuja composição atenderá aos critérios definidos nesta lei, são os órgãos administrativos superiores da Agência.

Art. 10 - Os Diretores e Conselheiros somente perderão seus mandatos nas seguintes hipóteses, constatadas, de forma isolada ou cumulativa:

I - renúncia;

II - condenação judicial transitada em julgado;

III - decisão terminativa em processo administrativo disciplinar;

IV - ausência a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas por ano, independente da justificativa apresentada.

V - demais hipóteses previstas nesta lei.

Art. 11 - Sob pena de perda de mandato, é vedado aos Diretores:

I - exercer qualquer cargo ou função de controlador, diretor-administrador, gerente, preposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada;

II - receber, a qualquer título, quantias, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada;

III - tornar-se sócio, quotista ou acionista de qualquer entidade regulada;

IV - externar opinião publicamente, salvo nas sessões dos respectivos órgãos de direção superior, sobre qualquer assunto submetido à Agência, ou que, pela natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

§ 1º - Constatadas as condutas referidas neste artigo, caberá ao chefe do Poder Executivo Estadual determinar a apuração das irregularidades, através da Procuradoria Geral do Estado.

§ 2º - A infringência do disposto neste artigo, além da perda de mandato, sujeitará o diretor infrator à multa cobrável pela Agência, por via executiva, conforme definida no Art. 321, do Código Penal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

§ 3º - O membros da Diretoria deverão, previamente ao provimento no cargo, assinar termo de compromisso, cujo conteúdo espelhará o previsto neste artigo e na regulamentação desta lei.

Art. 12 - No início de seus mandatos e anualmente, até o seu termo final, os diretores e conselheiros deverão apresentar declaração de bens, na forma prevista na regulamentação desta lei.

Art. 13 - Até um ano após deixar o cargo, é vedado aos ex-diretores e ex-conselheiros representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência.

Parágrafo Único - É vedado, ainda, ao ex-diretor e ao ex-conselheiro, utilizar informações privilegiadas, obtidas em decorrência do cargo exercido, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 14 - O Regimento Interno da Agência disciplinará a substituição dos diretores e dos conselheiros em seus impedimentos ou afastamentos legais ou, ainda, no período de vacância que anteceder a nomeação de novo diretor ou conselheiro.

Seção II Da Diretoria

Art. 15 - A Diretoria da Agência é o órgão colegiado de caráter deliberativo superior, responsável por implementar as diretrizes estabelecidas nesta lei e demais normas aplicáveis, incumbindo-lhe exercer competências executiva e de direção, sem prejuízo de outras atribuições que lhe reserve a regulamentação desta lei.

§ 1º - A Diretoria submeterá relatório anual ao chefe do Poder Executivo do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, os termos da regulamentação desta lei.

§ 2º - A Diretoria da Agência, por seu diretor-presidente ou diretor por este designado, anualmente, juntamente com presidente do Conselho Deliberativo farão, perante a Assembléia Legislativa do Paraná, relato das atividades da Agência.

Art. 16 - A Diretoria da Agência será composta por 5 (cinco) diretores, a saber:

- I - Diretor-presidente;
- II - Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria;
- III - Diretor de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros;
- IV - Diretor Jurídico;
- V - Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

Parágrafo Único - As respectivas funções de cada diretor serão definidas através de Regimento interno, cabendo ao diretor-presidente, além de outras atribuições, a representação judicial e extrajudicial da Agência, o

comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, bem como a presidência das sessões da diretoria da Agência.

Art. 17 - Os diretores da Agência deverão satisfazer, simultaneamente, às seguintes condições:

- I - ser brasileiro;
- II - residir no Estado do Paraná, durante o período de mandato;
- III - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;
- IV - possuir formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado.

§ 1º - Além das condições gerais definidas pelos incisos I a IV deste artigo, cada diretor deverá satisfazer requisitos técnicos vinculados às funções respectivas, a serem definidos através da regulamentação desta Lei.

§ 2º - Os membros da diretoria serão indicados pelo chefe do Poder Executivo do Estado e por ele nomeados, após arguição pública e aprovação por voto secreto promovidos por Comissão Permanente formada por deputados especialmente designados pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - O mandato dos diretores será de 03 (três) anos, admitida uma única recondução, obedecida a forma prevista no parágrafo anterior, sendo que o diretor permanecerá no exercício de suas funções após o término de seu mandato, até que seu sucessor seja nomeado e empossado.

§ 4º - Os cargos de diretor serão de tempo integral e dedicação exclusiva e os mandatos serão não coincidentes.

§ 5º - O diretor de Relações Institucionais e Ouvidoria terá acesso a todos os assuntos e contará com o apoio administrativo de que necessitar, assegurada autonomia de atuação e condição plena para desempenho de suas atividades, inclusive no que respeitar à articulação com outros órgãos da Administração Pública Estadual, conforme dispõe o Art. 6º, inciso XXI, desta lei.

Art. 18 - Estarão impedidos de exercer cargos Direção da Agência:

- I - acionista com direito a voto ou sócio com participação no capital social de qualquer das entidades regulares;
- II - membro de conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria executiva de qualquer das entidades reguladas;
- III - controlador, diretor, administrador, gerente, preposto ou mandatário de qualquer das entidades reguladas;

IV - membro do conselho ou da diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesse de qualquer das entidades vinculadas aos serviços sob regulação da Agência, de categoria profissional de empregados dessas entidades, bem como do conjunto ou classe de

entidades representativas de usuários dos serviços públicos referidos no art. 2º, inciso V e VI, desta Lei.

V - empregado, mesmo com contrato de trabalho suspenso, das entidades reguladas, respectivas empresas controladoras ou controladas e fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo Único - Os impedimentos de que trata este artigo estendem-se às pessoas que mantenham vínculo de parentesco até o segundo grau, em linha reta ou colateral, por consanguidade ou afinidade, com os ocupantes dos cargos descritos nos incisos I a V, deste artigo.

Art. 19 - Os ex-ocupantes dos cargos de diretoria ficarão impedidos, por um período de seis meses, contados da data de desligamento do cargo, de prestar qualquer tipo de serviço nas entidades reguladas ou na Administração Pública Estadual em qualquer dos setores regulados pela Agência.

§ 1º - Incluem-se no período a que se refere o *caput* eventuais períodos de férias não usufruídos.

§ 2º - Durante o impedimento, o ex-ocupante de cargo de Diretoria ficará vinculado à Agência ou a qualquer outro órgão da Administração Pública Direta, em área atinente à sua qualificação profissional, fazendo jus à remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu, sendo assegurados, no caso de servidor público, todos os direitos do efetivo exercício das atribuições do cargo.

§ 3º - Aplica-se o disposto neste artigo ao ex-ocupante de cargo de Diretoria exonerado a pedido, se este já tiver cumprido, no mínimo, 6 (seis) meses do seu mandato.

§ 4º - Incorre na prática da advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento previsto neste artigo, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

Seção III

Do Conselho Deliberativo

Art. 20 - O Conselho Deliberativo é órgão colegiado de representação e participação institucionais das sociedades na Agência e será integrado por 11 (onze) conselheiros.

Art. 21 - Os conselheiros serão designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, para um mandato de 03 (três) anos, sem direito a recondução e cujas funções não serão remuneradas, respeitada a legislação vigente, competindo-lhes:

I - aprovar o plano geral de metas da Agência para universalização dos serviços prestados pelas entidades reguladas, antes do seu encaminhamento ao chefe do Poder Executivo;

II - aprovar os relatórios anuais da Diretoria;

III - aprovar a metodologia a ser utilizada na fixação, revisão, ajuste e homologação de tarifas;

IV - requerer informações relativas às decisões da Diretoria;

V - analisar a declaração de bens dos membros da Diretoria;

VI - produzir, em periodicidade anual, apreciações críticas sobre a atuação da Agência, encaminhando o relatório à Diretoria, à Assembléia Legislativa e ao chefe do Poder Executivo.

Art. 22 - O Conselho Deliberativo será assim composto:

I - Diretor-presidente da Agência;

II - um deputado estadual de livre indicação da Assembléia Legislativa do Estado;

III - um membro do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Paraná - CREA/PR;

IV - dois membros indicados pelo chefe do Poder Executivo Estadual;

V - três, representantes das entidades reguladas pela Agência, com adequada qualificação técnica;

VI - três representantes dos Conselhos de Usuários das entidades reguladas com adequada qualificação técnica.

§ 1º - O representante referido no inciso III será escolhido pelo chefe do Poder Executivo de lista tríplice, enviada pela respectiva entidade.

§ 2º - O Conselho será renovado anualmente em um terço.

Art. 23 - Do Regimento Interno da Agência disporá sobre o funcionamento do Conselho Deliberativo.

Capítulo V

Do Processo Decisório

Art. 24 - O processo decisório da Agência obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual, de acordo com os procedimentos a serem definidos na regulamentação desta Lei, assegurando aos interessados o devido processo legal, com os meios e recursos inerentes.

Art. 25 - As decisões da Diretoria da Agência serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao diretor-presidente o voto de qualidade.

Art. 26 - O processo decisório que implicar afetações de direitos dos agentes econômicos dos setores ou dos usuários poderá ser procedido de audiência pública convocada pela Agência.

Capítulo VI

Da Atividade e do Controle

Art. 27 - A atividade da Agência será juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, igualdade, devido processo legal, publicidade, moralidade e eficiência.

Parágrafo Único - Serão publicadas as deliberações do Conselho e decisões do presidente, em Órgão Oficial do Governo e em veículo de comunicação de grande circulação, excetuadas as que se refiram às disposições do artigo 38 desta lei.

Art. 28 - A Agência deverá garantir o tratamento confidencial das informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis que solicitar às entidades reguladas, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 29 - Os atos da Agência deverão ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem.

Art. 30 - Os atos normativos somente produzirão efeito após publicação no Diário Oficial do Estado, e aqueles de alcance particular, após a correspondente notificação.

Art. 31 - Na invalidação de atos e contratos, será previamente a manifestação dos interessados.

Art. 32 - Qualquer pessoa terá o direito de peticionar ou de recorrer contra ato da Agência, no prazo máximo de trinta dias, devendo a decisão da Agência ser conhecida em até noventa dias.

Capítulo VII

Das Receitas e do Patrimônio

Art. 33 - Constituem receitas da Agência, dentre outras fontes de recursos:

I - recursos oriundos da cobrança da taxa de regulação, sobre os serviços públicos delegados;

II - recursos originários do Tesouro Estadual consignados no Orçamento do Estado;

III - produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública e de emolumentos administrativos;

IV - rendimentos de operações financeiras que realizar;

V - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

VII - recursos advindos da aplicação de penalidades;

VIII - outras receitas correlatas.

Art. 34 - Fica instituída a Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura, a ser recolhida mensalmente pelos prestadores do serviço público de infra-estrutura, como receita privativa da Agência, mediante aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento), da receita operacional bruta do concessionário e/ou permissionário.

Parágrafo Único - A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura terá implantação gradativa sendo 0,25% nos primeiros 12 (doze) meses e 0,05%, a partir do décimo terceiro mês.

Art. 35 - A Taxa de Regulação, a que se refere o artigo anterior, será devida pela entidade regulada, a partir da data de publicação desta Lei, devendo ser recolhida diretamente à Agência, em duodécimos, na forma em que dispuser a regulamentação desta lei.

§ 1º - O não recolhimento da taxa no prazo fixado, implicará em multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias de atraso calculados *pro rata die*, sobre o valor principal atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, a contar do dia seguinte ao do vencimento.

Art. 36 - A remuneração da Agência pela prestação dos serviços no setor de Infra-Estrutura deverá respeitar os termos dos convênios firmados entre esta Agência de Regulação e o poder concedente.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 37 - Durante a primeira instalação regular da Diretoria da Agência, o diretor-presidente terá mandato de 2 (dois) anos e serão definidos pelo chefe do Poder Executivo Estadual os diretores que terão mandatos de 1 (um), 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, respectivamente.

Art. 38 - Durante a primeira instalação regular do Conselho Deliberativo, os conselheiros terão mandatos diferenciados de 5 (cinco), 4 (quatro) e 3 (três) anos, de acordo com os respectivos termos de posse e fixados nos respectivos atos de nomeação, conforme vir a ser definido pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 39 - O Poder Executivo Estadual, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, enviará à Assembléia Legislativa, projeto de lei dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o quadro permanente da Agência.

Art. 40 - Até a realização do concurso público previsto no artigo 6º, inciso XIX, desta lei, a Agência será instalada através da requisição de servidores da Administração Pública Direta e Indireta da esfera estadual e, por cessão, nas esferas federal e municipal, se necessários.

Parágrafo Único - O diretor-presidente da Agência elaborará e submeterá à diretoria, para aprovação, a relação dos servidores públicos a serem requisitados para servir à Agência.

Art. 41 - Enquanto não se efetivar o disposto no artigo 39, desta lei, ficam criados, no âmbito da Agência, temporariamente, os seguintes cargos de provimento em comissão: 5 (cinco) cargos de diretor, símbolo AE-1; 1 (um) cargo de assessor jurídico, símbolo DAS-1; 1 (um) cargo de gerente administrativo, símbolo DAS-1 e 1 (um) cargo de gerente de informações, símbolo DAS-1.

Parágrafo Único - Os cargos de provimento em comissão, ora criados, ficarão automaticamente extintos quando da aprovação do projeto de lei, de que trata o artigo 39, desta lei.

Art. 42 - Os instrumentos de delegação da prestação dos serviços públicos de competência da Agência, em vigor na data de publicação desta lei, permanecem vigentes e submetem-se, para todos os fins, ao poder de regulação e fiscalização da Agência.

Art. 43 - As empresas que, na data da instalação da Agência, forem detentoras de outorgas vencidas e/ou com caráter precário ou que estiver em vigor com prazo indeterminado, terão as mesmas mantidas, sem caráter de exclusividade, pelo prazo previsto no artigo 98, do Decreto Federal nº 2521, de 20 de março de 1998, em atendimento ao disposto no artigo 42, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, e adaptados aos princípios norteadores da Agência.

Art. 44 - O orçamento anual da Agência, que integrará a Lei Orçamentária do Estado do Paraná, nos termos do artigo 133, parágrafo 6º, inciso I, da Constituição Estadual, deverá considerar as receitas previstas no artigo 33, inciso I desta lei, de forma a dispensar, no prazo máximo de 3 (três) anos, os recursos do Tesouro Estadual.

Art. 45 - Para os fins previstos no artigo 33 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional até o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), servindo como fonte de recursos quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 46 - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à implementação da Agência, aprovando a regulamentação da presente lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, após a instalação da Diretoria.

Art. 47 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2002, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 026/2002, que estabelece Lei Orgânica de Estatuto dos Auditores e Fiscais da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda. SEM PARECER. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos votar nesta Sessão a emenda aprovada em 2ª Discussão. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para daqui a cinco minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 507 e 221/2002.

Levanta-se a Sessão.